



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA (41ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Quadragésima Primeira (41ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de dezembro de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Senhor Presidente suspendeu a sessão às 18h48, para cumprimento do disposto na Moção de Congratulações e Aplausos nº 185/2013, de sua autoria, que propôs homenagem especial aos alunos do Projeto Honra, desenvolvido na EMEB Alfredo Bérghamo – CAIC, de estímulo à prática esportiva, através do ensino de Jiu Jitsu, bem como para homenagem também aos idealizadores e instrutores na arte marcial, professor Samuel Ferreira e PM Marcelo Massini. A sessão foi reaberta às 19h10 e o Senhor Presidente deu por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", submetendo à apreciação do Plenário as Ata da Quadragésima (40ª) Sessão Ordinária, Décima Sexta (16ª) e Décima Sétima (17ª) Sessões Extraordinárias, realizadas todas em 02 de dezembro de 2013, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Também, foi dada como lida a Ata da Sessão Solene de Entrega de Títulos de Cidadão Mogimiriano, realizada em 03 de dezembro de 2013. Na sequência, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 193, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 132/2013, datada de 02/12/2013, objeto do Ofício nº 132/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a efetuar repasse financeiro ao Educandário Nossa Senhora do Carmo, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 2. Projeto de Lei nº 194, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 133/2013, datada de 02/12/2013, objeto do Ofício nº 133/2013, de igual data,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“dispondo sobre a criação do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 3. Projeto de Lei nº 195, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 134/2013, datada de 02/12/2013, objeto do Ofício nº 134/2013, de igual data, “dispondo sobre a criação do Fundo Municipal do Bem-Estar Animal e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 4. Projeto de Lei nº 196, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 135/2013, datada de 02/12/2013, objeto do Ofício nº 135/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim que especifica”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 5. Projeto de Lei nº 197, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 136/2013, datada de 03/12/2013, objeto do Ofício nº 136/2013, de igual data, “dispondo sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mogi Mirim – CONSEA e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 6. Projeto de Lei nº 198, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 137/2013, datada de 03/12/2013, objeto do Ofício nº 137/2013, de igual data, “alterando ementa e dispositivos da Lei Municipal nº 4.348, de 2007, que dispõe sobre desafetação de áreas de uso comum do loteamento urbano denominado “Residencial dos Jequitibás”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 7. Projeto de Lei nº 200, de 2013, da Vereadora Maria Helena



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Scudeler de Barros, “dispondo sobre o processo de tombamento de bens e sobre o uso e ocupação das áreas de entorno aos bens tombados, ou em processo de tombamento, conforme artigo 229, 230, 231 e 232, da Lei Orgânica do Município – LOM de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei nº 201, de 2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dispondo sobre a criação do Conselho de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Lei nº 202, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 139/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 139/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com as Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Gestão Pública, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Projeto de Lei nº 203, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 140/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 140/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 11. Projeto de Lei nº 204, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 145/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 145/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Lar Infantil Aninha, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 12. Projeto de Lei nº 205, de 2013, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 146/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

146/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Centro de Convivência Infantil de Mogi Mirim – CCI, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 13. Projeto de Lei nº 206, de 2013, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 147/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 147/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Associação Resgate à Vida de Mogi Mirim, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 14. Projeto de Lei nº 207, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 148/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 148/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Casa da Criança Carlota Lima de Carvalho e Silva, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 15. Projeto de Lei nº 208, de 2013, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 150/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 150/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 16. Projeto de Lei nº 209, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 142/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 142/2013, de igual data, “aprovando o Plano Municipal de Saneamento Básico – Capítulos Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, autorizando o Poder Executivo do Município de Mogi Mirim a delegar, mediante prévio procedimento licitatório, a exploração dos serviços públicos de saneamento básico, para pessoas jurídicas de direito público, ou privado, incluindo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prestação, o planejamento, a regulação e a fiscalização destes serviços e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 17. Projeto de Lei Complementar nº 16, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 141/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 141/2013, de igual data, “alterando a Lei Complementar nº 207, de 2006, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público Municipal e respectivo plano de carreiras e salários da rede municipal de ensino”; (ao exame das Comissões Permanentes); 18. Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 143/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 143/2013, de igual data, “dispondo sobre os empregos em comissão no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 19. Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 144/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 144/2013, de igual data, “instituinto a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal”; (ao exame das Comissões Permanentes); 20. Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 149/2013, datada de 06/12/2013, objeto do Ofício nº 149/2013, de igual data, “dispondo sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 21. Projeto de Resolução nº 16, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “alterando e acrescentando dispositivos à redação dos Artigos 110, 113 e 151 da Resolução nº 276/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 22. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

novembro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios n.ºs. 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150/2013 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.º 821, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia, na íntegra, dos Processos Administrativos dos Pregões Eletrônicos n.º 39/2013 e n.º 28/2013”; n.ºs 822, 823, 824, 833 e 838, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que realize limpeza e recuperação da Praça Vereador Ciro Bueno no Jardim Sbeghen, reiterando a Indicação n.º 177/2013, de igual autoria”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que realize limpeza na Praça, localizada na Rua Ederaldo Silveira Bueno, no Jardim do Lago, reiterando a Indicação n.º 226/2013”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a existência de plano de contingência para atendimento de pacientes, em caso de consultas marcadas e da falta do médico”, “seja oficiada a empresa Vivo Telecomunicações, para que realize a manutenção na central de distribuição de linhas telefônicas, instalada na Praça Professora Lucinda Brasi Brandão”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que realize limpeza e a revitalização na Praça Doutor Antonio Rodrigues do Prado, no Parque do Estado II, reiterando a Indicação n.º 502/2013”; n.ºs 827 e 828, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, reiterando-lhe indicações já apresentadas sobre quando será feita a melhoria da iluminação pública na Rua Linha da Penha” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe indicações já apresentadas sobre quando será feita a operação tapa-buracos na Rua Carajás, no Bairro Mogi Mirim II”; nº 829, de 2013, da Sra. Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando, “seja oficiada a Mesa para realização de audiência pública, para apresentação de Emenda à LOM de Mogi Mirim, no dia 23 de janeiro de 2014, às 19 horas”; nºs 831, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como a Secretária de Ação Social, Beatriz Marangoni, para que informem acerca do acervo da Cultura”; nº 834, de 2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara para audiência pública, programada para o dia 15 de janeiro de 2014, às 19 horas, para discussão a respeito de Mobilidade Urbana em Mogi Mirim”; nº 835, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a atual situação dos bens tombados como patrimônio histórico na cidade”; nº 836, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o teor do Requerimento nº 108, apresentado em fevereiro deste ano, para utilização de área, localizada no Espaço Cidadão, para abrigo de um Terminal de Ônibus Urbanos”; nº 839, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe a indicação nº 132/2013, para a revitalização da Praça Engenheiro Agrônomo Saulo Ferreira, no Bairro Mirim-Guaçu”; nº 840, de 2013, da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Loteamentos Irregulares e Clandestinos, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quantos são os loteamentos irregulares em Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim, quais estão inseridos no Programa Cidade Legal, onde se localizam, qual a situação no Cadastro Municipal e quais obras de infraestrutura foram feitas”; nº 841, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como à Secretaria de Segurança e Defesa Social, para que conceda explicações técnicas acerca das mudanças de trânsito e a nova sinalização adotada no Jardim Maria Beatriz e no trevo que dá acesso ao bairro e à cidade”. O Requerimento nº 830, de 2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como a Secretária de Ação Social, Beatriz Marangoni, para que informem quanto à utilização do espaço do antigo prédio do CANDÁ, situado na Vila Santa Luzia”, teve sua discussão requerida pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, nos termos do disposto nos Artigos 152, §3º; 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 1053, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sugerindo, “estudos para tombamento do muro do entorno da Quadra 15, do Santíssimo Sacramento, nas dependências da Necrópole Municipal”; nºs 1058, 1063, 1064, 1068, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1077, 1078, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1099, 1100, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “operação tapa-buracos na Rua Professora Guiomar Maretti Marangoni, no Bairro CDHU”, “limpeza e poda de árvores no canteiro central da Avenida Pedro Botesi”, “obras urgentes para contenção das enchentes que ocorrem com frequência no túnel Mário Covas”, “limpeza nas margens, construção de calçadas e barreira de proteção no córrego, localizado na Rua Afonso Arcuri, no Jardim Maria Beatriz”, “limpeza no canteiro central da Avenida Juscelino K. de Oliveira”, “limpeza na Rua



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sebastião Ferreira Alves”, “limpeza no canteiro central da Avenida Adib Chaib”, “reparo, no meio fio, e limpeza de bueiro na Avenida Luís Gonzaga de Amoêdo Campos”, “poda das árvores, localizadas na Rua Professora Anisabel de C. Costa, na Vila Santa Eliza”, “limpeza nas calçadas, localizadas na Rua 7 de Setembro, próximo ao Horto Florestal”, “instalação de caneleta, para escoamento de água, na Avenida Exedito Quartieri”, “limpeza e construção de calçadas na Avenida Professor Adib Chaib”, “limpeza no canteiro central da Avenida Valter De Pieri, no Parque do Estado II”, “operação tapa-buracos e recuperação do meio fio na Praça Dr. Antonio Rodrigues do Prado, no Parque do Estado II”, “operação tapa-buracos nas Ruas do Jardim Bicentenário”, “recapeamento da Rua Jamil André, no Parque do Estado II”, “instalação de caneleta e recuperação asfáltica na Rua Anthero Zorzetto, no Jardim Santa Clara”, “instalação de caneleta e recuperação asfáltica na Rua Antonio R. Costa, no Parque do Estado II”, “substituição de placa de identificação na Rua Rubens da Silva Taveira, no Parque do Estado II”, “manutenção do bueiro, localizado na Rua Souza Aranha, no Jardim Santa Luzia”, “recuperação da caneleta e operação tapa-buracos na Rua Cornélio Pires, no Jardim Silvânia”, “limpeza do bueiro, localizado na Rua 15 de Agosto, no Jardim Santa Luzia”, “instalação de grade protetora em bueiro, localizado na Rua do Tucura, próximo ao número 773”, “providências para ligação entre as Ruas César de Campos e Alves Paulino, no Jardim Bicentenário”, “limpeza e construção de calçadas na área verde, localizada na Rua Rubens da Silva Taveira, no Parque do Estado II”, “instalação de placa de identificação na Rua Sebastião Lanza, nas Chácaras São Marcelo”, “instalação de ponto de iluminação na Rua Sebastião Lanza, nas Chácaras São Marcelo”, “manutenção provisória nas ruas do Parque das Laranjeiras”, “operação tapa-buracos na Rua Cornélio Pires, no Jardim Silvânia” e “limpeza e recuperação do meio fio na Rua Sebastião Anthero”; nºs 1060, 1061, 1065 e 1066, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respectivamente, “realização de serviço de roçar grama, limpeza e revitalização na Praça Lucinda Brasi Brandão, no Jardim Inocoop”, “implantação de galerias de águas pluviais em toda extensão da Rua Linha da Penha, no Bairro Mirante”, “operação tapa-buracos na Rua Sílvio Brunialti, no Bairro Tucura” e “operação tapa buracos na Rua Retirada da Laguna, no Bairro Tucura”; nº 1062, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “troca de lâmpadas no Ginásio Maria Paula, na Vila Dias”; nº 1067, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, sugerindo, “priorização da saúde pública, no tocante ao combate ao tabagismo”; nº 1076, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “a criação de uma casa de apoio às crianças, aos jovens e adolescentes, usuários de entorpecentes”; nº 1079, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “passagem de máquina de nivelamento nas ruas 45 – Joaquim Dantas da Silva e 47 – Juscelino Rodrigues, no Parque das Laranjeiras”; nº 1080, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Palomino, sugerindo, “implantação do sistema INFOCRIM Municipal, sistema eficaz no mapeamento dos acontecimentos relacionados à segurança, permitindo prevenção e maior segurança à população”; nº 1081, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “operação tapa-buracos e recapeamento na malha asfáltica das Ruas Antônio Longatto e João Alves de Melo, ao lado da Igreja Pentecostal, no Bairro Nova Santa Cruz”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 186, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, propondo, “sejam consignados em Ata dos trabalhos votos de pesar e que seja guardado respeitoso Minuto de Silêncio pelo falecimento do Sr. Paulo César dos Santos – Bequeirinha, ocorrido em 1º de dezembro de 2013”; nºs 187 e 188, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, propondo, respectivamente, “sejam consignados em Ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o Time do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, pela conquista do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Campeonato Paulista Sub20” e “sejam consignados em Ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o Time da Santa Cruz, pela conquista da Copa Cinquentões de Futebol Amador de Mogi Mirim 2013”; nºs 190 e 191, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, propondo, respectivamente, “sejam consignados em Ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o nadador mogimiriano Conrado Coradi Lino, da Academia Free Play de Natação/Clube Mogiano, pela conquista da terceira melhor colocação brasileira na prova dos 400m Medley, por ocasião do Campeonato Brasileiro Junior de Verão – Troféu Júlio Delamare, disputado na cidade de Rio de Janeiro, nas dependências do Botafogo Futebol Clube” e “sejam consignados em Ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o jornalista Geraldo Bertanha, pelos cinco anos no ar do programa Aqui Mogi, transmitido pela Rádio Transamérica AM”; nº 192, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, propondo, “sejam consignados em Ata dos trabalhos votos de pesar e que seja guardado respeitoso Minuto de Silêncio pelo falecimento do ilustre humanista e ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela”. A Moção nº 189, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, “seja consignado em Ata dos trabalhos voto de repúdio para com o Sr. Nelson Teodoro, representante do comércio varejista, pelas declarações críticas que fez, durante a Caminhada Inclusiva, ocorrida em 03 de dezembro deste ano, na região central da cidade, ocasião em que criou constrangimento para todas as pessoas com necessidades especiais, as quais participavam do evento”, teve sua discussão requerida pelo Vereador Luís Antonio Guarnieri, conforme o disposto nos Artigos 152, §3º; 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). A seguir, o senhor Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 1234, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1246, 1243, 1244, 1245, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, datados de 26, 28, 29 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

novembro e 02, 03, 04, 05 de dezembro de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 689/2013; Requerimento nº 620/2013; Requerimento nº 630/2013; Requerimento nº 741/2013; Indicação nº 908/2013; Requerimento nº 729/2013; Requerimento nº 668/2013; Requerimento nº 747/2013; Indicação nº 867/2013; Indicação nº 407/2013; Requerimento nº 690/2013; Requerimento nº 789/2013; Requerimento nº 715/2013; Requerimento nº 767/2013; Requerimento nº 737/2013; Requerimento nº 696/2013; Requerimento nº 124/2013; Indicação nº 915/2013; Indicação nº 944/2013; Requerimento nº 501/2013; Requerimento nº 598/2013; Indicação nº 605/2013; Indicação nº 607/2013; Indicação nº 725/2013; Indicação nº 880/2013, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº. 276090, de 2013, datado de 25 de novembro do corrente, subscrito pela Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, Fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, para falar sobre acessibilidade na Rua XV de Novembro, declamando: “o conformismo está de matrimônio, dizem que se casou com a estabilidade. Parece que tem um rolo com a sociedade. Já viram passar na frente da Casa da Liberdade, fitar a janela e ir embora. Ouvi falar que ele tem intriga com a igualdade, mas todo mundo o trata bem. Nestes dias mesmo, vi-o tomando café com a politicalha”. Para encerrar solicitou que, durante o tempo que ainda lhe restava na tribuna, fosse guardado um Minuto de Silêncio em respeito às pessoas com deficiência de Mogi Mirim, do Estado, do Brasil e do mundo todo, pessoas que sofriam com os problemas de acessibilidade, o que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acatado pelo Presidente e cumprido pela Casa, com todos os Vereadores em pé. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que iniciou prestando homenagem ao líder pacifista Nelson Mandela, falecido recentemente, classificando-o como figura histórica, grande humanista e líder na luta contra a segregação racial na África do Sul. Prosseguiu, versando a respeito de projeto de lei, em trâmite, previsto para a próxima pauta de votações, prevendo a regulamentação da cobrança do ITBI – Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, explicando que, no corpo da lei, existiam isenções para os integrantes de programas sociais, tais como, o Minha Casa/Minha Vida, pessoas que necessitavam de ajuda dos Governos Federal e Estadual, com renda familiar até mil e seiscentos reais. Aclarou que o projeto de lei contemplava a isenção aos integrantes do programa Minha Casa/Minha Vida, que até então pagavam, para este tipo de moradia, de valor aproximado de setenta mil reais, cerca de mil e quatrocentos reais de ITBI, pagos à vista, logo, a isenção era de grande ajuda para essa faixa da população de Mogi Mirim. Abordando a questão da acessibilidade na Rua XV de Novembro, o Vereador do SDD disse que apoiava a Vereadora Dayane Amaro Costa na sua luta pela acessibilidade e, com relação à Moção de Repúdio, apresentada pela Vereadora contra o Sr. Nelson Theodoro, representante da ACIMM, pedida para discutir pelo Vereador Luiz Guarnieri, o Vereador Leonardo Zaniboni afirmou que a atitude do senhor Nelson havia sido infeliz, principalmente porque fora testemunhada por um grupo de pessoas, presentes na Rua XV de Novembro, justamente, no momento da manifestação pela acessibilidade ocorrida naquela via central, da qual participava também a Vereadora. “Ele estava mais preocupado com os comerciantes, do que com o público de pessoas com deficiências, usuários da rua como quaisquer outras pessoas da população, e sei de coisas que ele falou naquele momento, tais como, perguntando quantos deficientes existiam em Mogi Mirim, dizendo que o número deles não faria diferença no lucro dos comerciantes, e que fique



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

registrado que ele disse isso sim e estavam lá cerca de duzentas pessoas, testemunhas do fato!”, frisou o Vereador. O Vereador pediu pela aprovação da Moção de Repúdio e declarou verbal e publicamente, que repudiava a atitude do senhor Nelson Theodoro, porque ele havia sido desumano no trato com as pessoas com deficiência, na Rua XV de Novembro. “E não se trata somente do cadeirante, pois existem os obesos, as pessoas com muitas sacolas, os de mobilidade reduzida e todos estes não passam pelas calçadas da Rua XV de Novembro, portanto, eu quero convidar todos para que compareçam na audiência, programada para o dia 15 de janeiro de 2014, às 19 horas, para discussão a respeito de mobilidade urbana em Mogi Mirim, e digo ainda, que se os comerciantes não apoiam a acessibilidade, desculpem-me, mas o Poder Público tem que chegar e fazer, porque os comerciantes daquela rua não querem diálogo e nem que os deficientes transitem por lá, todavia, a cidade quer dar condições para que todos sejam iguais, então, eis a razão do meu voto verbal de repúdio, porque concordo com a Vereadora Dayane Amaro Costa”, aclarou, encerrando sua participação. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti que, a princípio, desejou um feliz Natal e um próspero ano de 2014 a todos, aspirando que as ações do Governo Gustavo Stupp começassem a florescer, relatando que 2013 havia sido um ano difícil, de resignação e espera, desejosa que estava de que, em 2014, todos pudessem vivenciar um bom governo municipal. “Sou defensora do Governo Stupp, apoio-o e, por isso, sei que teremos uma sessão extraordinária ainda nesta semana e nós, do SDD, daremos entrada num projeto de lei, fixando os novos salários para os Secretários Municipais, portanto, convido todos os Edis para uma reunião, na quarta-feira de manhã, porque, como já dito nesta Casa, com o aumento do número de secretarias, o salário dos secretários deverá ser reduzido e há, inclusive, um aumento digno a ser dado ao funcionário, no ano de 2014, algo justo para com o funcionalismo, não apenas um reajuste, logo, eu não admito que se descumpra a promessa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

feita para com o funcionalismo e não votarei um alto salário para os secretários; já fiz a reforma na Lei Orgânica – LOM, será aprovada e este salário será fixado pela Câmara sim, com a nova estrutura e o novo organograma, bem como com o salário reduzido, porque foi promessa de campanha, acordo feito e o governo sabe da minha posição”, explanou. “Fui a primeira a defender o salário de nove mil e oitocentos reais para o secretariado, quando eram apenas nove secretários, pessoas que tinham que ganhar bem, tinham que ser competentes, com bagagem de conhecimento para secretariar, mas Mogi Mirim é uma cidade com menos de cem mil habitantes e não comporta dezoito secretarias, com salários de nove mil e oitocentos reais para seus secretários”, explicou. Com relação aos acontecimentos ocorridos na Rua XV de Novembro, a Vereadora do SDD salientou que estava presente ao lado da Vereadora Dayane Amaro, na Rua XV de Novembro, quando da ofensa proferida pelo senhor Nelson Theodoro. “Ouvi a ofensa, mas eu não creio que ele quisesse falar da forma como falou, aquele era um momento de encrenca muito grande, uma saia justa para ambos os lados, comerciantes e acessibilidade, e para o Prefeito também, portanto, creio que o senhor Nelson deva pedir desculpas para a Vereadora, pois o momento foi tenso, ele disse coisas contra o Prefeito também, e foi muito ofensivo, mas penso que foi naquele momento; sei que a Vereadora ficou chateada, mas como estamos no final do ano, época do Natal, peço o perdão para ele e rogo para que a Vereadora não desanime em sua luta, continuando seu trabalho, que é muito bem feito”, destacou a Vereadora Márcia Masotti, concluindo sua fala. Como o próximo orador inscrito, Vereadora Luzia C. C. Nogueira, desistiu da palavra, fez uso desta o Vereador Laércio Rocha Pires, que iniciou, solidarizando-se com a Vereadora Dayane Amaro Costa, pelo ocorrido na Rua XV de Novembro, declarando que o senhor Nelson Theodoro deveria vir à Câmara, pessoalmente, para pedir desculpas. Depois comentou sobre lei de sua autoria, obrigando os donos de cães a recolherem as fezes dos seus animais de estimação das vias e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

logradouros públicos, dizendo que a lei fora publicada no órgão oficial, no último final de semana. Depois, comentou outro projeto de sua autoria, o do Restaurante Um Real, solicitando a todos que o ajudassem na divulgação desta sua ideia, para que o Prefeito se sensibilizasse e sancionasse a lei, porque o Restaurante Um Real era um objetivo concreto, realizável e do interesse de toda a população, uma lei interessante, que beneficiaria muitos. A seguir, parabenizou o Prefeito Gustavo Stupp, pelas obras que estavam sendo realizadas no loteamento irregular Domênico Bianchi, pois vários prefeitos tinham passado pela administração, todavia, sem a coragem e a ousadia de fazerem o que o atual Prefeito estava fazendo, administradores que tinham apenas ‘empurrado o problema com a barriga’, mas Gustavo Stupp, segundo ele, o rapaz, estava regularizando a gleba em menos de um ano, sendo feito também o levantamento da infraestrutura, que ficaria pronta em breve. “Temos que acreditar no jovem que é ousado e corajoso”, frisou. Avisou ainda, que na próxima semana, efetuará reunião no Bairro Maria Beatriz, para discussão dos problemas relativos à escola do bairro, para discussão a respeito de uma área verde, localizada no Parque Real, que estava enfrentando bastantes problemas em virtude das chuvas, e também, para trato do assunto do trajeto dos ônibus circulares, coletivos que não percorriam as ruas finais do Parque Real II, bem como para debate da proposta de uma fiscalização noturna, em toda a cidade, para coibir e fiscalizar. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que manifestou o seu apoio à Vereadora Dayane Amaro Costa, a respeito da questão da acessibilidade e sobre a moção de repúdio ao senhor Nelson Theodoro, dizendo que não presenciara o acontecido, mas que várias testemunhas haviam lhe relatado o fato, dizendo-se indignadas também. Num segundo momento, o Vereador discorreu a respeito de seu requerimento, cuja discussão havia sido solicitada pelo Vereador João Antônio Pires Gonçalves, justificando que o prédio do antigo CANDÁ era um espaço que estava à mercê de vândalos e drogados,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deixando para a próxima semana a discussão do mérito. Com relação ao Requerimento nº 831/2013, também de sua autoria, solicitando do Prefeito de Mogi Mirim e da Secretária de Ação Social, Beatriz Marangoni, informações acerca do acervo da Cultura, o Vereador explicou que desejava saber o rol dos bens inventariados e suas condições, porque alguns eram de grande valor cultural. Em relação ao novo organograma da Prefeitura Municipal, o Vereador colocou que apoiava a criação das Secretarias de Esporte e Cultura, mas que desejava estudar a matéria, que ampliava de nove, para dezoito, o número de secretarias, aguardando, igualmente, a emenda comentada pela Vereadora Márcia Róttoli, que visava reduzir os salários dos Secretários Municipais, principalmente, o salário do Subprefeito de Martim Francisco. “Eu seria favorável a uma secretaria em Martim Francisco, mas desde que ela tivesse autonomia e recursos próprios”, frisou, ao mesmo tempo em que disse que, se o Prefeito desejava ampliar o número de secretarias, que fizesse a redução do salário de seus assessores, lembrando ainda, que uma secretaria teria total autonomia para buscar recursos nos Governos Federal e Estadual. “As pessoas que estão por trás dessas secretarias, em sua maioria, são pessoas de boa índole e eu vou estudar o novo organograma com muito cuidado, antes de tomar uma posição”, salientou, encerrando. Na sequência fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que, a princípio, parabenizou a Presidência da Câmara pela realização de sessão solene de outorga de títulos, dizendo que fora cerimônia muito bonita, acrescentando, para uma próxima ocasião, a sugestão de que fosse revista a sua duração, que se estendera. “Eram muitas pessoas, muitos idosos, foram se retirando da solenidade durante o seu transcurso, deixando-a esvaziada, então, apenas isso, ou seja, diminuir o tempo, para que possamos ficar juntos do início até o final”, ponderou. Prosseguindo, falou sobre a cidade, afirmando que nunca a tinha visto tão suja, repleta de mato, entulhos para todos os lados e pelas calçadas, perguntando se não existia um departamento responsável para tais assuntos na administração,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

setor que fosse capaz de organizar a limpeza e o cronograma de recolhimento de entulhos. “A reclamação é uma só, a de que o caminhão da coleta de entulhos não passa, ou não passou naquela semana programada; liga-se no departamento, prometem que ele vai passar; espera-se e ele não passa”, explicou o Edil. Disse que estava observando o rol dos requerimentos e que constatara que a palavra que mais se repetia, durante a leitura, era ‘reitero’. “Reitero isso, reitero aquilo, reitero o corte da grama, reitero a Linha da Penha e nem sei como foi que cortaram a grama da EMEB, localizada na Rua Rio de Janeiro!”, exclamou o Vereador. Ponderou que existiam inúmeras praças nas mesmas condições de mato alto e sujeira, e que nada era feito, portanto seu desejo, para o próximo ano, era o de que a palavra “reitero” não mais fosse utilizada em requerimentos, no correr de 2014 e, para que isso ocorresse, de fato, sugeria a administração trabalhar, porque sem trabalho não se chegava a lugar algum. “Se está difícil, levante-se mais cedo, para trabalhar mais”, frisou. O Vereador também demonstrou sua preocupação em relação aos últimos projetos remetidos pelo Prefeito Municipal à Câmara, os quais haviam chegado, justamente, na última sessão do ano. “Isto é inaceitável, mas somos obrigados a engolir tal procedimento – fazer o quê? – e o que me preocupa, não é ter que comparecer numa extraordinária, pois sou pago para isso, mas sim a falta de compromisso e responsabilidade do mandatário desta Prefeitura, que não se programa, não administra, não manda o projeto tão importante para que seja discutido e estudado, a fim de que nós, Vereadores, possamos votar com segurança, pois vamos mexer com o dinheiro do contribuinte e se votarmos errado, um erro, muitas vezes, pode ser irreversível”, comentou. O Vereador ainda alertou para o projeto de lei de privatização do SAAE, que também fora remetido pelo Prefeito, na última sessão ordinária da Câmara, e demonstrou sua preocupação, haja vista que as decisões a serem tomadas na próxima sessão poderiam ser irreversíveis para o Município. Por fim, conclamou os Vereadores a um basta para este tipo de situação, dizendo que a Câmara era um Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

distinto, que deveria ser respeitado, pois era copartícipe, mas independente. Como o Edil Osvaldo Aparecido Quaglio, próximo inscrito, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Jorge Setoguchi, que deu as boas vindas ao grupo de agricultores presente nas galerias e também versou sobre o ITBI. “Boa noite ao grupo de produtores rurais, que aqui está, preocupado com o ITBI Rural, porque sabemos que o Prefeito quer aplicar um aumento de quatrocentos por cento, para a zona rural, e eu apresentei emenda para este projeto, colocando um aumento gradual, em cinco anos, para dar tempo aos agricultores de se organizarem e digo ainda, que se considerarmos todos os agricultores como uma empresa, esta seria a terceira no ranking de ICMS do Município, portanto, devem ser levados em consideração”, aclarou. Por fim, o Vereador comentou as indicações que havia apresentado, sugerindo melhorias para o acostamento e pavimento de asfalto da Rodovia dos Agricultores, porque eram inúmeras as reclamações, bem como fez referência à outra sugestão, de corte de mato e limpeza total na Praça Lucinda Barros Brandão. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que falou sobre um acidente de grandes proporções, ocorrido no último dia 29 de novembro, na Rua Padre José de Oliveira Braseiros, no Bairro Linda Chaib, próximo ao Condomínio Parati. O Vereador lembrou já ter feito indicação para tal via, em virtude do abuso de velocidade dos motoristas que ali ocorria, razão pela qual reiterava o pedido de implantação de um redutor de velocidade na referida rua. Por fim, parabenizou a Vereadora Dayane Amaro Costa pela sua posição frente ao ocorrido na Rua XV de Novembro, colocando-se à disposição para ajudá-la, bem como parabenizou o senhor Thiago Costa, do movimento Eleições 2012, que sustentava uma faixa, nas galerias, conclamando o povo para combater a corrupção. “O maior problema do nosso país é a corrupção, porque se ela não existisse, todos os segmentos estariam bem melhor”, concluiu. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Cinoê Duzo, que quis se dirigir às pessoas do campo, da zona rural,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

as quais acordavam muito cedo e, desde logo, começavam a trabalhar, quando as outras classes continuavam dormindo, pessoas que, ao invés de receberem homenagens, reconhecimento, coisas melhores, recebiam, depois de um longo dia de trabalho, o presente de uma tributação mais alta. Disse que os ruralistas não recebiam sequer o mínimo do mínimo, como estradas em boas condições, ou incentivos fiscais, e que, eles estavam na Casa para sensibilizar o Poder Público, na tentativa de uma reversão na questão do ITBI. Prosseguindo, versou a respeito das questões do magistério municipal, outra classe que muito trabalhava, mas que não recebia qualquer valorização, ou reconhecimento, haja vista que um professor com carga máxima, em Mogi Mirim, recebia metade do que pagava aos seus professores a vizinha cidade de Mogi Guaçu. Alertou que um projeto referente à classe do magistério chegaria para votação, na próxima sessão, e solicitou a todos os Vereadores que valorizassem os professores de Mogi Mirim, que mesmo integrados na nova reestruturação, continuavam ganhando pouco. “Temos que valorizar as Secretarias Municipais, mas temos que valorizar os professores também, pois são sempre eles que ficam a esperar, no segundo plano; sabemos que os secretários são importantes, mas os professores também são; este é um país horrível, a classe do magistério faz tempo que está esquecida e quando há oportunidade de correção, repete-se o erro, porque reduzem a carga, a jornada, e o salário”, salientou. Para finalizar, o Vereador prestou homenagem ao líder negro Nelson Mandela, que havia dito “ninguém nasce odiando ninguém”, propondo a todos que semeassem a semente do amor. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que comentou as proposituras que havia apresentado, elencando-as: operação tapa-buracos na Rua Professora Guiomar Maretti Marangoni; limpeza e poda de árvores no canteiro central da Avenida Pedro Botesi; obras urgentes para contenção das enchentes no túnel Mário Covas; limpeza nas margens, construção de calçadas e barreira de proteção no córrego, localizado no Jardim Maria Beatriz; limpeza no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

canteiro central da Avenida Juscelino K. de Oliveira e da Avenida Valter De Pieri, no Parque do Estado II; limpeza na Rua Sebastião Ferreira Alves; limpeza no canteiro central da Avenida Adib Chaib; reparo no meio fio e limpeza de bueiro na Avenida Luís Gonzaga de Amoêdo Campos; poda das árvores, localizadas na Rua Professora Anisabel de C. Costa, na Vila Santa Eliza; limpeza nas calçadas, localizadas na Rua 7 de Setembro, próximo ao Horto Florestal; instalação de caneleta, para escoamento de água, na Avenida Expedito Quartieri”; limpeza e construção de calçadas na Avenida Professor Adib Chaib; operação tapa-buracos e recuperação do meio fio, na praça do Parque do Estado II; operação tapa-buracos nas Ruas do Jardim Bicentenário; recapeamento da Rua Jamil André, no Parque do Estado II; instalação de caneleta e recuperação asfáltica na Rua Anthero Zorzetto, no Jardim Santa Clara, na Rua Cornélio Pires, no Jardim Silvânia, e na Rua Antonio R. Costa, no Parque do Estado II; substituição de placa de identificação na Rua Rubens da Silva Taveira, no Parque do Estado II; manutenção do bueiro, localizado na Rua Souza Aranha, no Jardim Santa Luzia; limpeza do bueiro, localizado na Rua 15 de Agosto, no Jardim Santa Luzia; instalação de grade protetora em bueiro, localizado na Rua do Tucura, próximo ao número 773; limpeza e construção de calçadas na área verde, localizada na Rua Rubens da Silva Taveira, no Parque do Estado II; instalação de placa de identificação e de ponto de iluminação na Rua Sebastião Lanza, nas Chácaras São Marcelo, manutenção provisória nas ruas do Parque das Laranjeiras e limpeza e recuperação do meio fio na Rua Sebastião Anthero. Também, através de requerimento, várias melhorias para praças públicas, tais como, Cyro Bueno, Ederaldo Silveira Bueno, Praça Doutor Antonio Rodrigues do Prado, no Parque do Estado II, reiterando a Indicação nº 502/2013. Por fim, a respeito dos projetos enviados pelo Prefeito, propostos para a próxima pauta de votações, o Vereador salientou que iria estudá-los e votar com os moradores, professores e com a população. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maria Helena Scudeler de Barros. Esta iniciou, perguntando quem era a cabeça pensante do atual Governo Municipal e prosseguiu, verbalizando. “Em 1º de maio de 2013, tivemos um reajuste fracionado dos vencimentos dos servidores, numa primeira parcela de 03,34%, e, agora, chegará parcela final de 03%”, iniciou. “A justificativa do Governo Stupp aos servidores públicos foi o alerta do Tribunal de Contas, de que o reajuste não podia ser dado de uma só vez, para que não se ultrapassasse o limite prudencial e, hoje, o Prefeito nos envia, depois de um ano administrando a cidade, a nova estrutura administrativa, com a criação de mais oito secretarias, das quais nenhuma tem função de secretaria, financeiro próprio e outros pontos, quando é sabido que não temos necessidade alguma de dezoito secretarias, para uma cidade que não cresce, pois a cada dez anos, são dez mil cidadãos novos, o que é pouco, a cidade cresce lentamente, algo que até acho positivo, mas repito: não há necessidade de uma estrutura tão grande”, aclarou. “Eu nunca vi uma avalanche tão grande de projetos, inclusive, uma parceria para privatizar e fazer concessão do Serviço Autônomo – SAAE, bem como uma taxa para a iluminação pública, que deve ser paga atrelada ao consumo que temos dentro de casa, ou seja, aquele cidadão que consome mais, pagará mais, e eu pergunto do que se trata isso, pois a iluminação é pública, está na rua!”, exclamou a Edil do PSDB. “Pergunto quem é a cabeça pensante desse governo, porque não tem juízo; nunca vi tal coisa e esta Casa permite leituras, para as quais não existem pareceres, uma situação muito ruim, um ano inteiro de administração e só vemos problemas, então, eu penso que o Prefeito fica a esperar situações positivas, torcendo para que suas ideias deem certo, mas se o Prefeito tivesse noção daquilo que o povo fala dele, do perfil de sua administração, ele daria um basta!”, frisou. Disse que o Prefeito mudaria vários secretários, porque não estava satisfeito com eles. “E cria novas secretarias!”, exclamou, novamente. “Senhor Presidente, vai muito mal e esta Câmara também”, colocou e encerrou sua participação. Na sequência, fez uso da palavra a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que disse ter se reunido com um grupo de professores, para escutar suas reivindicações, razão pela qual se ausentara, brevemente, do Plenário. Prosseguindo, lembrou aos Pares, que na última sessão, havia feito indicação sobre a questão da coleta de entulhos, assunto abordado também pelo Edil Luiz Guarnieri, afirmando que gostaria que o Governo Municipal a atendesse. “O setor responsável diz que o caminhão vai passar para recolher o entulho, mas não diz o dia que vai passar e as pessoas têm compromissos, contratam jardineiros, com base no anunciado, contudo, muitas vezes, o caminhão já passou, ou então, esperam e o caminhão não passa”, explicou. Disse que já estava mais do que na hora de mudar o atual sistema, que provara não estava dando certo, e versou também, sobre uma indicação que propôs, sugerindo ao Prefeito que revisse como ampliar a prevenção e o combate ao tabagismo, já que ele fazia tanta referência à prevenção, na área da saúde. “O tabagismo está matando noventa mogimirianos por ano, portanto, a situação é grave, merece maior atenção e recursos por parte do Poder Público, e eu sei que algo é feito na rede municipal, mas acompanho o sistema e sinto que Mogi Mirim deixa a desejar, neste quesito, pois as crianças, desde cedo, têm contato com o cigarro e o álcool e há necessidade de se investir em prevenção ao tabagismo, algo que trará uma economia futura”, explanou. Com relação ao ITBI e também à taxa de iluminação, afirmou que o custo de vida, em Mogi Mirim, estava ficando cada vez mais alto, citando os dois aumentos realizados na tarifa d’água, a questão do esgoto e os impostos. “Durante este ano, escutei que a Prefeitura estava em péssimas condições, mas pelos balancetes publicados, percebemos que, até outubro, a arrecadação tinha sido de trinta e três milhões, seiscentos e vinte mil reais, ou seja, três vezes a mais que a inflação, logo, se calcularmos a diferença entre a receita e a despesa, veremos que sobraram vinte e nove milhões, quatrocentos e trinta e um mil reais, portanto, dinheiro existe, está aí, basta trazer mais indústrias grandes, o ICMS aumentará e não precisaremos de tantos impostos”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ponderou, para encerrar. Fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Cinoê Duzo, que versou sobre o Complexo Lavapés, dizendo que muitos o criticavam e também criticavam sua mãe, porque ambos compareciam ao complexo, fazendo um ‘trabalho de formiguinha’, plantando mudas e regando as plantas. “Aos incomodados, informo que vou continuar fazendo este trabalho de formiguinha, pois acredito que ensinamos com gestos”, disse o Vereador, ao mesmo tempo em que agradeceu e parabenizou o Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, pelas ações esportivas que estava realizando no Complexo Lavapés, tais como o Agita Zerão, bem como reconheceu que outros serviços municipais também estavam ajudando na preservação visual do local, citando que ‘uma grande árvore, tinha seu início pela semente’. O Vereador também abordou o projeto de expansão da ciclovia, assunto que sempre defendera em Plenário, parabenizando a Gerência de Trânsito pela ampliação da ciclovia, todavia, observando que a gerência tinha ampliado o raio, mas não o tempo de duração da faixa exclusiva. “Não posso admitir ampliação do raio e redução do tempo, portanto, eu conversei com a Secretária de Trânsito, Beatriz Gardinalli, que disse que a ampliação da faixa era experimental, mas a ciclovia, que antes ficava liberada vinte e quatro horas, não pode perder espaço para os automóveis, com redução do tempo de utilização, e eu defendo a ciclovia, defendo a atividade física, defendo a qualidade de vida, através do uso inteligente de bicicletas, e tenho respeito para com as leis de trânsito, desde o estabelecido ao pedestre até ao ciclista”, ponderou. O Vereador disse ainda, que ficava indignado com a falta de um terminal de ônibus circular, recordando a todos que o Prefeito havia retirado o ponto de ônibus da Rua Conde de Parnaíba, o que era salutar, mas não havia criado, efetivamente, um local decente para implantação do terminal, objetivando o bem estar das pessoas idosas, dos portadores de necessidades especiais, das gestantes e outros, citando, como exemplo de seu ideal de terminal urbano, o terminal de ônibus urbano da vizinha cidade de Mogi Guaçu. “Eu vejo o Espaço Cidadão com bons



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

olhos, ali já se tem a Feira Noturna, a área fica perto do CEM – Centro de Especialidades Médicas, do INSS, logo, não é local distante do centro da cidade, e quanto à ideia do Prefeito de instalar o terminal no Jardim Velho, opino que o local pode abrigar um ponto de ônibus aprimorado, mas não um terminal, algo que trará valorização ao dia a dia do mogimiriano, uma vez que a cidade é feita de pessoas, que carecem de necessidades básicas”, explanou, finalizando seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Waldemar Marcurio Filho que se manifestou, repudiando as palavras proferidas pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que havia dito que a Câmara, assim como a Prefeitura, caminhava mal. “Na declaração feita pela Vereadora, ela menciona que esta Câmara é uma das piores, eu repudio tais palavras e lembro a ela que ela é Vereadora, em seu quinto mandato, e que, se Mogi Mirim está passando por uma situação ruim, passou pela legislatura dela também, e quero lembrar ainda, que alguns de nós, Vereadores, fomos eleitos pela primeira vez e estamos trabalhando à medida do nosso esforço e capacidade”, colocou. “A Câmara é constituída de situação e de oposição e nunca se deve dizer que esta legislatura é a pior já vista, porque, caso contrário, poderemos falar, por exemplo, sobre o aumento do IPTU, que aconteceu na administração do PSDB”, verbalizou o Edil, ao mesmo tempo em que verbalizou, que não admitiria as colocações feitas pela Vereadora Maria Helena, manifestando, mais uma vez, o seu repúdio, pois somente acatava as críticas que lhe eram construtivas e não as destrutivas. “Não diga que meu serviço está sendo mal feito, porque a senhora não acompanha o meu dia a dia e eu não admito isto”, frisou, concluindo. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que também repudiou as palavras da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, destacando que a Vereadora do PSDB havia cometido uma deselegância, para com todos os Pares da Casa. “A Vereadora não pode falar pelo todo, afirmando que a Câmara é ruim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

penso que foi uma deselegância”, destacou. O Vereador colocou ainda, que as Vereadoras Maria Helena e Luzia Cristina não deviam reclamar a respeito da taxa de iluminação, que se pretendia aprovar, pois o Vereador lembrava a todos que, durante a gestão Paulo Silva, quando fora Vereadora a Edil do PSDB e esposa daquele prefeito a Edil do PSB, tinha sido criada a Taxa de Iluminação Pública, com a ocorrência, inclusive, de ‘apagões’ na cidade. “Paulo Silva queria a todo custo que a taxa de iluminação fosse cobrada do povo de Mogi Mirim, portanto, fica difícil falar que a Câmara está ruim, porque cada Vereador tem o seu trabalho e pessoas, que já estiveram no poder e nada resolveram, não têm moral para falar de aumento nesta Casa”, explanou. Disse que era muito fácil criticar um Prefeito que tinha apenas dez meses de trabalho, enquanto que prefeitos anteriores tinham permanecido no poder por oito anos e nada tinham feito, que ‘o macaco não olhava para o próprio rabo’ e que, a taxa de iluminação era uma resolução da ANEEL – Agência Nacional e não iniciativa do Prefeito, portanto, propunha que os Vereadores ‘jogassem limpo’, porque ataques sem embasamento eram ridículos, acusar era algo triste, assim como falar mentiras. “Cada Vereador tem que se manifestar sobre a fala da Vereadora, porque quem cala, consente, e não podemos ser taxados de vagabundos”, arrematou. O Vereador também comentou sobre a cerimônia especial, que ele tinha organizado e realizado, para prestar homenagens aos ex-presidentes, dizendo que se sentira muito orgulhoso em prestigiar os presidentes do passado da Câmara, contudo, reclamou das críticas que tinha recebido e das ameaças que escutara, de que ingressariam com ações na Justiça contra o realizado, porque ele abusara do poder. “Se fazemos algo, somos criticados; se não fazemos, também somos criticados, então, temos que ser honestos nesta Casa de Leis, vamos fazer a cidade progredir e não vamos nos promover em cima da desgraça dos outros”, acentuou o Vereador Laércio Rocha Pires e encerrou sua fala. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passando-a para sua liderada, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que rebateu as críticas que recebeu. Explicou que havia sido eleita por determinada parcela da população, justamente para ser oposição; que outra parcela da população havia elegido o ex-vereador Gustavo Stupp para ser prefeito; que outra parcela de vereadores havia sido eleita para ser situação; que estas duas parcelas – oposição e situação – formavam a Câmara, um colegiado de Vereadores; que sua posição sempre fora a de ficar ao lado da população; que não havia dito inverdades, mas que tinha falado da taxa de iluminação pública, que vinha vinculada à conta de energia elétrica, da concessionária Elektro, que isto constava de uma tabela anexa ao projeto de lei e que, havia dito da avalanche de projetos, que era remetida à Câmara pelo Prefeito, de última hora, sem pareceres, assuntos que chegavam numa manhã para serem votados na noite do mesmo dia. “Em nenhum momento disse da conduta dos senhores, mas eu disse que esta Câmara não pode continuar dessa forma, com trâmites que acontecem e não nos permitem legislar com dignidade, porque muitos têm dificuldades em dizer o que estão votando, os projetos chegaram agora a pouco, portanto, eu respeito esta Casa, sempre o fiz, não quero constranger ninguém e peço desculpas, mas endosso que os trâmites da presidência dificultam a nossa vida aqui”, pontuou, concluindo. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, para replicar o discurso da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, afirmando que a fala da Vereadora estava registrada nos anais, que a Vereadora havia declarado, de fato, que a ‘Câmara vai mal’ e que, a Vereadora era parte integrante desta mesma Casa, ‘que vai mal’ e que, portanto, ela, Vereadora, também ‘vai mal’. “A senhora acabou de dizer que o projeto chega numa tarde para ser votado na mesma noite e nada do que chegou hoje será votado hoje, pois a pauta está pronta desde a semana passada, portanto, a senhora está com conversas paralelas e não presta atenção”, salientou. “Quem está na plateia vai pensar o quê, se eu não venho aqui, explicar? Que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora está correta e não está!”, exclamou. “Não vamos votar nada disso hoje e quem está mal é aquela que não presta atenção na sessão e digo ainda, que eu não me incluo numa Câmara que vai mal, pois todos têm o seu trabalho, inclusive, a senhora, que não pode falar mal desta Casa, já que está no quarto mandato, logo, é inadmissível e eu não me sinto um Vereador que não trabalha, portanto, não estou mal”, afirmou, encerrando sua fala. Utilizou a palavra, que lhe foi repassada pelo Líder do SDD, Vereador Luís Roberto Tavares, a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, esclarecendo aos pares que eles não podiam se deixar influenciar por pessoas que não participavam da Câmara e ficavam apenas falando: ‘pior Câmara, pior Câmara’. Lembrou que todas as Câmaras, em todas as legislaturas, tinham políticos bons e ruins, mas que se sentia incomodada, porque ficava sempre a escutar que apenas dezesseis mil eleitores tinham votado no Prefeito Gustavo Stupp, porque, afinal, independentemente do número de votos, ele havia sido eleito pelo povo, mesmo tendo sido vereador uma única vez. “O Gustavo Stupp foi um simples vereador e se elegeu, portanto, basta desta implicância só porque ele tem vinte e nove anos, realmente, a urna o elegeu”, salientou, concluindo sua participação. Posto isto, não havendo mais oradores inscritos, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Edital de Convocação nº 18 (dezoito), de 2013, de Sessão Extraordinária, programada para a presente data, dia 09 de dezembro de 2013, segunda-feira, após o encerramento da Quadragésima Primeira (41ª) Sessão Ordinária, em curso, destinada, na “Ordem do Dia”, à leitura e encaminhamento da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 210, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “revogando dispositivo da Lei Municipal nº 4.043, de 12 de agosto de 2005, que dispôs sobre desapropriação amigável, ou judicial, de área de terreno que consta pertencer à Jussara Soares Vieira”; 2. Projeto de Lei nº 211, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre retificação de área, objeto de permuta com áreas de Natanael Pereira de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Camargo”; 3. Projeto de Lei nº 212, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a aprovação do Plano de Urbanização do Loteamento Parque das Laranjeiras I e II”; 4. Projeto de Lei nº 213, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 4.704, de 28 de janeiro de 2009, que instituiu, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Programa de Subsídio ao Transporte de Estudantes do Ensino Técnico Profissionalizante, Graduação e Pós-Graduação”; 5. Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “acrescentando dispositivo à Lei Complementar Municipal nº 01, de 1990, que dispõe sobre aprovação de loteamentos urbanos”, ficando, pois, todos os Vereadores **convocados**. O Sr. Presidente, Benedito José do Couto, também deu ciência, através de leitura, dos Editais de Convocação nºs 19 (dezenove) e 20 (vinte), de 2013, de Sessões Extraordinárias, sequenciais, para o dia 12 de dezembro de 2013, quinta-feira, com início às 18h30, destinadas na “Ordem do Dia” à discussão e votação de matérias, as quais não foram elencadas quando da leitura do presente Edital, ficando os Vereadores convocados. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h08, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 193, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a efetuar repasse financeiro ao Educandário Nossa Senhora do Carmo, para o fim que especifica e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Educação,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Saúde e Assistência Social e de Finanças Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 193/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 194, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 194/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 195, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação do Fundo Municipal do Bem-Estar Animal e dando outras providências.” Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças Orçamento; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 195/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 4. Projeto de Lei nº 196, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o fim que especifica”. Parecer conjunto e *emenda* das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 196/2013, do Prefeito Municipal, e emenda); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 5. Projeto de Lei nº 197, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mogi Mirim – CONSEA e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 197/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 6. Projeto de Lei nº 198, de 2013, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autoria do Prefeito Municipal, “alterando ementa e dispositivos da Lei Municipal nº 4.348, de 2007, que dispõe sobre desafetação de áreas de uso comum do loteamento urbano denominado “Residencial dos Jequitibás”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 198/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172, do Regimento Interno:** 7. Projeto de Lei nº 108, de 2013, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, “tombando, como Patrimônio Histórico, o prédio onde funciona a subprefeitura do Distrito de Martim Francisco”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 108/2013, do Vereador Cinoê Duzo); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 8. Projeto de Lei nº 192, de 2013, de autoria da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “alterando dispositivo da Lei Municipal nº 4.285, de 2007, que tombou, como patrimônio histórico, o reservatório de água da zona oeste (Cálice), localizado na Praça José Schincariol”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, lembrando que a lei que se pretendia alterar era de iniciativa da própria Vereadora Márcia Róttoli Masotti e que, votaria favoravelmente à matéria, apenas observando que, quando do tombamento do ‘cálice’, de fato, ele era colorido. “Creio que a senhora queira retornar à cor original e eu gostaria de esclarecer que um tombamento deve ser feito em definitivo”, aclarou, encerrando sua breve participação. O próximo orador a discutir o projeto foi o Vereador Luiz Guarnieri, que trouxe à discussão o Parecer do Centro de Memória Histórica Joaquim Firmino, assinado por Valter José Polettini, Presidente, e Carmen Lúcia Bridi, contrário à proposta do projeto de alteração das cores do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reservatório e favorável a que permaneçam como quando da data do tombamento, em 2007, citando, inclusive, legislação pertinente. “O parecer contém fotos e opina contrariamente à proposta apresentada pelo SAAE, que diverge da proposta do seu tombamento, e eu penso ainda, que esta Casa vai abrir precedente muito grande, outros patrimônios históricos poderão ser desfigurados, portanto, no meu entendimento, não é questão de oposição, ou situação, mas de bom senso, pois o prédio deve ser preservado conforme estava à época de seu tombamento”, explanou. O Vereador citou o caso da Estação Educação, antiga estação ferroviária da cidade, e do piso da Matriz de São José, que, na opinião do Vereador, eram tombamentos que já estavam desfigurados e acrescentou que, num prédio tombado, toda alteração tinha que passar pelo consentimento do Centro de Documentação Histórica. “A alteração do piso da Igreja Matriz de São José deveria ter sido feita por restauro e não trocando as antigas cerâmicas por porcelanato, portanto, peço que tenhamos bom senso, as cores devem ser as da época do tombamento, com cinco tonalidades, e se voltarmos o ‘cálice’, como era na época em que estava totalmente branco, é capaz do SAAE colocar seu logotipo no patrimônio e outros bens poderão também sofrer a mesma alteração, logo, eu conclamo os demais ao bom senso e que votem contrariamente ao projeto”, destacou, encerrando seu discurso. Para replicar, ocupou a tribuna a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que também invocou o bom senso dos pares. “O bom senso diz que quando devemos preservar a história da cidade, deve-se buscar o projeto original”, colocou e discorreu sobre a arquitetura do reservatório, dizendo que fora projetado por José Carlos de Figueiredo Ferraz, edificado em 1960, portanto, possuindo meio século de história, que tinha sido pintado originalmente na cor branca e que, por esta razão, propunha a emenda à lei. “Quando se fala em situação e oposição, que não é o caso, também temos que pensar nesses pareceres que o Centro de Memória está emitindo e que levam em conta apenas a opinião de seus membros, sem se preocupar com a história do objeto em si, pois se assim fosse, o parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apontaria que o reservatório deveria ser pintado de branco, sua cor original, mesmo porque, o ano de 2007 aconteceu ontem e a cor nem existe mais”, salientou. “Só porque foi um determinado partido político que pintou e querem preservar a opinião do partido político, ao invés de preservar o patrimônio”, frisou. “A descaracterização que houve na Estação Educação possuía lei, mas o antigo prefeito não se importou com a lei aprovada por esta Câmara, assim como ele também não se importava com muitas outras leis desta Edilidade”, disse a Vereadora, ao mesmo tempo em que colocou, que não estava entendendo o motivo da discussão, já que era questão de lógica, para qualquer professor de história, a preservação da cor original da estrutura, de mais de meio século. “Estou surpresa de vir aqui e ter que defender a lógica”, desabafou, finalizando. Também discorreu sobre o projeto o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, dizendo que concordava com a Vereadora Márcia Róttoli Masotti, no tocante à preservação da cor original do patrimônio, construído em 1960 e tombado em 2007, todavia, temia o precedente que se instituiria com a aprovação da proposta. “Eu concordo que se deva usar a cor original, mas isto deveria ter constado na lei de 2007, o problema é que vai abrir precedente e a preocupação é com os demais tombamentos”, justificou. “No futuro, troca-se o prefeito e vamos alterar novamente a lei?”, perguntou, observando que esta era a sua preocupação, ou seja, a do precedente, razão pela qual pediu o cuidado dos Pares e verbalizou que os projetos deveriam ser analisados com calma, para que situações como esta não mais ocorressem. “Eu nem sei como votar isto, porque o correto era ter colado na lei, à época, que as cores originais deveriam voltar à estrutura, portanto, penso que qualquer voto seja um erro, se favorável, ou contrário, porque, a partir do momento que votarmos, abriremos precedente e estou sendo sincero em dizer que não sei como votar”, disse o Vereador do PSDB, finalizando seu discurso. Fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que se posicionou favorável ao projeto e justificou, fazendo menção às palavras do próprio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente do Centro de Memória, Valter Polettini, que tinha visitado a Câmara durante sessões passadas. “O Dr. Valter Polettini esteve neste Plenário, há poucos dias, e foi categórico em afirmar que o Vereador é soberano em seus atos, portanto, enquanto não existir uma Lei de Tombamento Municipal – algo já proposto pela Vereadora Maria Helena Scudeler – enquanto esperamos tal regulamentação, o Vereador é soberano para fazer o que quiser”, disse e ironizou, dizendo que pretendia pintar o coreto da praça central de amarelo. “Pretendemos organizar o trâmite dos tombamentos e foi por isso, que eu, na qualidade de Presidente da Comissão de Justiça e Redação, segurei os projetos de tombamentos, ou seja, porque eu esperava uma Lei Municipal que regulamentasse a questão, em definitivo”, frisou, encerrando. O Vereador Cinoê Duzo também teceu comentários a respeito da proposta e lembrou as palavras proferidas pelo Presidente do Centro de Memória Histórica de Mogi Mirim, Valter José Polettini, que dissera que o Vereador detinha autoridade e autonomia. “Eu coloco em cheque isso, pois pergunto qual o nosso papel”, recordou o Vereador, respondendo ele, que era um papel delicado, que parecia simples, mas não era. “O Dr. Valter disse que nós deveríamos preservar o quanto pudéssemos e a questão não é situação, ou oposição, mas a da preservação cultural e histórica, portanto, voto favoravelmente à matéria, em razão do seu tema histórico”, afirmou, concluindo sua participação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, o Projeto de Lei nº 192/2013, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Dayane Amaro Costa, Leonardo David Zaniboni e Márcia Róttoli Masotti, desistissem da palavra, ocupou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, para discorrer a respeito do seu papel como Vereadora e sobre a taxa de iluminação pública. A Vereadora do PSB destacou que o Vereador representava a população; que ela, oradora, acompanhava o dia a dia da população e, por isso, entendia que o custo de vida de cada família havia aumentado e muito, que era difícil manter a casa, e observou que o orçamento do Município, o que Mogi Mirim angariava em impostos, atualmente, não era aquilo que se queria fazer pensar. “Não é do jeito que a gente ouve e, para mim, a Prefeitura não está no buraco”, observou. Lembrou que existiam cidades onde a população não pagava IPTU, não pagava taxa de iluminação. Disse que votava, todas às vezes, baseada na legislação e que estava de acordo com a Vereadora Maria Helena Scudeler a respeito da ‘avalanche de projetos’. “Os projetos que entraram na Casa são muitos, aquilo que a Vereadora Maria Helena disse, eu concordo, porque, neste ano, a Casa recebeu projetos polêmicos, para serem votados em tempo rápido, haja vista esses, que entraram na Casa hoje e serão votados na quinta-feira”, ponderou. “Eu vou atrás da legislação federal, estadual, da LOM de Mogi Mirim, sempre para verificar e estudar o que é legal, ou ilegal, em determinada matéria e é muito pouco tempo”, reclamou. “O prefeito colocou nos jornais, que a demora se devia, porque ele tinha dado um tempo ao seu setor jurídico, para estudar e fazer o melhor, e isto é algo que ele não fez conosco, não nos deu tempo hábil, porque nós vamos votar, rapidamente, sem tempo de estudo para responder à população”, comparou. Salientou que os projetos mais polêmicos deveriam ingressar na Câmara e tramitar, com um tempo razoável para estudo, para que os Edis votassem de forma consciente, e que, do modo como se pretendia, isso não seria possível. “Percebo que terei que escolher entre alguns projetos, para poder me colocar e verificar a legislação, o que ela reza, porque, realmente, os projetos polêmicos nos chegam com muito pouco tempo para estudo”, finalizou. Como os próximos oradores, Vereadores Luiz Guarnieri, Osvaldo Aparecido Quaglio, Jorge Setoguchi, Daniel Gasparini dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santos e Cinoê Duzo, inscritos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que comentou a respeito de requerimento apresentado pela Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Loteamentos Irregulares e Clandestinos, solicitando ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, que informasse quantos eram os loteamentos irregulares em Mogi Mirim, quais estavam inseridos no Programa Cidade Legal, onde eles se localizavam, qual a situação no Cadastro Municipal e quais obras de infraestrutura já tinham sido executadas. Registrou que o requerimento continha a assinatura dos dezessete Vereadores; que os loteamentos irregulares eram em número de quinze; que trabalharia pela regularização de cada um deles; que, a partir do mês de janeiro próximo, com a nova comissão, daria sequência ao trabalho iniciado em 2013, já assegurando a regularização do Parque das Laranjeiras, do Domênico Bianchi, bem como a do Jardim Conquista. Também comentou acerca de seu requerimento, que solicitou do Prefeito informações sobre a existência de plano de contingência para atendimento de pacientes, em caso de consultas marcadas e da falta do médico, porque o munícipe aguardava uma agenda de três meses para sua consulta, o médico não aparecia e ele, orador, desejava saber se existia um plano de contingência, para sanar a ausência do profissional. “Nesta última sessão ordinária do ano, deixo meu abraço à população e a certeza de que continuarei fazendo o meu trabalho, desejando um feliz Natal a todos e um próspero ano novo”, concluiu o Vereador Luís Roberto Tavares, líder do SDD. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Prêmio Nobel Nelson Mandela* e do Senhor *Paulo César dos Santos – Bequeirinha*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h58, do que, para constar, determinou a lavratura da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM